

# Confins

Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia

21 | 2014 :  
Número 21

## O conceito de “pioneiro” na Geografia, na contraposição de estudos sobre expansão cafeeira e a citrícola

*Le concept de «pionnier» en géographie, contrepoint dans les études sur l'expansion du café et de la production d'agrumes*

*The Concept of “Pioneer” in Geography, within studies on both coffee and citrus plantations expansion*

CÁSSIO ARRUDA BOECHAT

### Résumés

Português Français English

Sugerimos uma apresentação da discussão dos conceitos de “frente”, “zona” ou “franja” *pioneira*, em oposição à “frente de expansão” na ocupação dos sertões de São Paulo, e em oposição à expansão da citricultura. Propomos um entendimento das fases do processo de territorialização do capital, elaborando uma crítica a perspectivas modernizadoras e/ou que positivam o processo civilizatório ocorrido. Nessa crítica, retomamos textos de Leo Waibel, Pierre Monbeig, Orlando Valverde e outros geógrafos que trataram da expansão da citricultura. Posicionamo-nos, por fim, a favor de uma compreensão da acumulação de capital nas condições adversas de expropriação da “fronteira”.

On discute dans cet article les concepts de «front», «zone» ou «frange» pionnière, par opposition au concept de «front d'expansion» dans l'occupation des arrière-pays de São Paulo, et en opposition à l'expansion de la production d'agrumes. On propose la compréhension des étapes du processus de territorialisation du capital dans une critique des perspectives modernisatrices et / ou qui positivent le processus civilisateur. Pour cette critique, on a repris les textes de Leo Waibel, Pierre Monbeig, Orlando Valverde et d'autres géographes qui ont traité de l'expansion de la production d'agrumes. On se positionne, enfin, en faveur d'une compréhension de l'accumulation du capital dans les conditions adverses de l'expropriation de la «frontière».

In this article we intend to present the discussion over concepts such as *pioneer* “front”,

“zone” or “fringe”, in contrast to that of “expansion front”, within the process of occupying the countryside (*sertões*) of Brazilian State of São Paulo, and opposing to the citrus expansion. We suggest an explanation of different stages of the capital territorialization process, elaborating a criticism of modernization perspectives and/or those which regard the civilizatory process occurred as positive. To do such, we analyze Leo Waibel, Pierre Monbeig, Orlando Valverde and other geographers’s texts. Finally, we stand to a position towards the comprehension of the capital accumulation in the *frontier’s* adverse conditions of expropriation.

## Entrées d’index

**Index de mots-clés** : front pionnier; mobilité du travail; expropriation; dualisme; caféiculture; production d’agrumes.

**Index by keywords** : pioneer front; labor mobility; expropriation; dualism; coffee plantation; citrus.

**Index géographique** : São Paulo

## Texte intégral



Afficher l’image

- 1 Em artigo de fins dos anos 1940, o geógrafo Leo Waibel (Waibel, 1979) caracterizava a expansão da cafeicultura para o interior paulista como constituindo uma *zona pioneira* no Brasil, distinguindo-a da expansão do povoamento pelo interior do país durante a Colônia e o Império, sobretudo pela velocidade como a derrubada da mata e a consolidação de uma agricultura se deram. Retomando os estudos de Turner, Waibel comparava a “marcha para o Oeste” que ocorreu nos EUA com o povoamento do interior do Brasil, vendo na experiência norte-americana uma transformação do conceito de *fronteira*, que na Europa se aproximava à noção de limite geopolítico do território nacional. O critério da expansão da fronteira nos EUA passava a ser o da modernização da paisagem internamente aos limites nacionais (Waibel, 1979, p. 281), algo que só poderia ser aplicado com ressalvas à obra do caboclo que ocupava os sertões brasileiros, chamado por Waibel de *frontiersman*. O pioneiro de fato, para este autor, não poderia ser aquele que expande a civilização apenas de maneira extensiva, mas que o faz de maneira intensiva, tal como o agricultor:

“O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida. (...) No campo da agricultura, nem o extrativista e o caçador, nem o criador de gado, podem ser considerados como pioneiros; apenas o agricultor pode ser denominado como tal, estando apto a constituir uma zona pioneira. Somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena” (Waibel, 1979, pp. 281-282).

- 2 Note-se que a noção de intensificação é aqui tomada com relação à transformação da paisagem natural em agrícola, numa espécie de gradação da intervenção civilizatória. Não se trata, portanto, de um entendimento do termo segundo o aspecto marxiano de intensificação do capital, pelo aumento da composição orgânica do mesmo, permitindo uma extração de mais-valia relativa

na sua reprodução ampliada (cf. Marx, 1985, l.I, t.2, cap. 21 a 23). Marx, seguramente, permite uma abordagem que vê a produção de mercadorias também na relação social que se estabelece com a “natureza”, ela mesma passível de ser transformada em coisa<sup>1</sup>. Por sua vez, a compreensão de Waibel remetia a uma oposição entre natureza e cultura<sup>2</sup>, em que a “independência” da última em relação à primeira passava pela produção sistemática de alimentos, numa área reduzida, sem tratar ainda isso como uma produção de mercadorias, mas subentendendo-a. De algum modo, assim, Waibel está considerando a relatividade entre a produtividade do capital condensado na agricultura (e, desse modo, com trabalho pretérito intensificado) comparando com aquele do extrativismo e da pecuária, prevalecendo nestes o trabalho vivo na relação com meio natural. Sugerimos, de antemão, que a acumulação de capital e o processo civilizatório possam ser relacionados, mas isso não transparece em Waibel nesses termos, ao menos não nessa passagem do texto citado.

- 3 Vejamos com outro autor contemporâneo de Waibel. Pierre Monbeig também considerava como *precursores* (não como pioneiros) os indígenas nos Planaltos Ocidentais paulistas, que prepararam os primeiros pastos e estabeleceram as primeiras rotas no interior das matas, e os pequenos pecuaristas mineiros que expulsaram os indígenas, ampliaram as rotas, estabeleceram núcleos populacionais e reproduziram os seus rebanhos. Os caboclos, de um modo geral, seriam “os últimos representantes da velha economia rural e do antigo povoamento do sertão, e não as sentinelas avançadas da marcha para o oeste, como se poderia pensar. Sua presença não implica numa valorização da floresta, no quadro econômico atual” (Monbeig, 1953, p. 458).

#### Figura Representação clássica da marcha par o Oeste dos pioneiroa nos Estados Unidos



Fonte: <http://youngmormonfeminists.org/2014/07/24/pioneers/>

- 4 A breve menção à existência de uma ocupação prévia daquelas áreas que viriam a ser as frentes pioneiras merece ser brevemente pensada. A “velha economia rural” e o “antigo povoamento do sertão” são diferenciados qualitativamente, por Monbeig, da expansão da cafeicultura pela ausência naqueles de uma “valorização da floresta”. Ao valer-se de tal termo, Monbeig pode sugerir a impossibilidade de valorização nas relações estabelecidas pelos caboclos, talvez subentendendo uma espécie de “reprodução simples” (Marx, 1985, l. I, t. 2, cap. 21), que pouco transforma a paisagem. Pode-se pensar, ainda, que a diferença estabelecida

remete à expansão territorial da Colônia, identificada com a “velha economia rural”, talvez pensando mais o povoamento como assegurando o “monopólio” do que a terra como “meio de produção”. Todavia, a oposição entre natureza e cultura é que organiza a análise do autor nessa passagem, mostrando a relação desses caboclos (e sobretudo dos índios) com a floresta como de uma quase submissão da sua cultura ao meio, e não de uma conquista e transformação desse meio pela cultura, como os agricultores, no caso os fazendeiros, teriam de fato feito.

- 5 Ora, a abordagem desses autores sugere a existência de uma ocupação territorial que remonta à colonização portuguesa, mas que, segundo os mesmos, não fora suficientemente capaz de colonizar de fato esse território. Um procedimento lógico como esse se equipara àquele em que se observa uma subsunção formal do trabalho ao capital na cooperação e na manufatura, enquanto apenas a grande indústria promoveria uma subsunção real, completando a inversão que coloca o trabalho como dependente dos meios de produção por ele produzidos (ver, p. ex., Marx, cap. VI inédito). Trata-se aqui, todavia, de uma oposição entre processos distintos de ocupação e modificação da base fundiária. Se a analogia acima nos é permitida, seria como se a zona pioneira promovesse a subsunção real da natureza à cultura, algo que o caboclo não teria sido capaz de empreender. Conforme os mesmos autores sugerem, então, para se caracterizar a “zona pioneira” da cafeicultura é necessário contrapô-la a uma ocupação dos sertões que a antecede.
- 6 Para tanto, o estudo de Caio Prado Jr. sobre a Colônia (Prado Jr., 2000) é, de certo modo, incontornável. Nele, a pecuária surge como um capítulo da ocupação do interior do território, numa expansão do estabelecimento de fazendas primeiramente pelo sertão da Bahia. Essa pecuária aparece como auxiliar da produção açucareira nordestina, esta sim cumprindo o “sentido da colonização”. Posteriormente, uma outra “região” da pecuária, derivada da expansão das fazendas baianas pelo interior de Minas Gerais, será subsidiária da mineração que se instala nessa província. Outras “regiões” pecuaristas surgiriam durante o período colonial e durante o Império, no sul do país e nos Campos Gerais (onde hoje seria parte do Paraná), mas o desdobramento da expansão da pecuária mineira após a crise da mineração tem um significado especial para este estudo, por continuar se dando em direção ao sul da província e ao Triângulo Mineiro e adentrando áreas de sertão da província vizinha, São Paulo. Não mais apenas uma pecuária para o transporte das mercadorias tropicais para o mercado europeu, começava a se consolidar também uma produção para suprir uma crescente demanda urbana por carne das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Porém, além disso, uma pecuária que levava muitos mineiros a se direcionar para as áreas inexploradas dos sertões do Oeste Paulista.
- 7 Essa expansão da pecuária mineira sobre São Paulo logo se relacionaria com a expansão da cafeicultura. Em muitos estudos esse encontro é pouco abordado. Por sua vez, em 1935, ao propor uma regionalização para São Paulo, Pierre Defontaine (1939) enxergava a existência de uma “zona de sertão”, coberta de florestas e com população *desconhecida*, às margens do rio Paraná e Paranapanema. Entretanto, em 1948, ao redigir sua tese de doutorado, Pierre Monbeig (Monbeig, 1998) questionava a permanência dessa zona, já devidamente ocupada pela expansão da cafeicultura. Por um lado, Monbeig tratará, como já mencionamos, de qualificar essa população do sertão como “precursores” da zona pioneira. Por outro lado, evidencia-se, assim, pela contraposição do resultado diferenciado das análises sobre mesma área, a efemeridade de qualquer classificação, mas, acima disto, evidencia-se um processo efetivo de expansão extensiva de relações sociais que merecem ser pensadas.
- 8 Ressaltamos em nossa dissertação (Bochat, 2009) a relação dos primeiros posseiros da área que viria a se tornar o município de Olímpia com a expansão da

pecuária mineira, após a crise da mineração daquela província. Mostramos como a família Santos que ocupou cerca de 60.000 alqueires tem alguma influência na expulsão dos indígenas locais e travou posteriormente relações com posseiros menores dentro da grande posse. Apenas a expulsão dos indígenas seria o bastante para delimitar uma ruptura instaurada por esses “colonizadores” para a referida ocupação territorial, o que indica uma gênese violenta de relações que gradativamente terão mais na troca de mercadorias o fundamento do contato com outros “humanos”, não obstante essas trocas tenham que ser aos poucos viabilizadas. Todos esses posseiros estabelecem rotas até as vilas maiores, onde vendem seus rebanhos sobretudo de porcos, ocupam as terras e estimulam o aparecimento de núcleos populacionais. Décadas depois serão os principais doadores das terras do patrimônio que dará origem à Vila Olímpia e também para os demais distritos locais (e futuros municípios), e o estabelecimento de um compromisso coronelista com a autoridade de Barretos fortalecerá a posição de alguns na cena política local. Algo de pioneirismo há nesse obscuro percurso, mas seguramente muito de um processo civilizatório e modernizador.

- 9 Um outro aspecto que a questão levanta diz respeito à relativização que é necessário fazer sobre a existência de terras “livres”, sem donos, para além da fronteira agrícola, nesse período. A família Santos, tendo feito o “trabalho” de “livrar” a terra de índios, podia ser considerada a dona da enorme gleba que compunha a Fazenda Olhos d'Água, mas não tinha o título de sua propriedade e não tinha como ocupar de fato toda a área, tendo que se relacionar com outros posseiros que foram se instalando dentro de sua posse. O casamento das filhas do patriarca Antônio Joaquim dos Santos com os seus escravos evidencia como mesmo a relação de escravidão tem que ser “torcida” para adequar-se ao novo objetivo de manter a posse. Do ponto de vista teórico, algo há que ser pensado para a possibilidade e efetividade dessas ocupações.
- 10 Uma vez que a mobilização da força de trabalho (Gaudemar, 1977) tem, na sua formulação clássica para o que se deu no caso inglês, a exigência de processos violentos de separação do povo da base fundiária, o mesmo se daria de modo invertido para as colônias (e ex-colônias), exatamente pela possibilidade do acesso aos meios de produção não-produzidos, no caso, a terra. Ou seja, não se trataria de cercar terras comunais ou de “apenas” expulsar camponeses desses sertões, mas de pensar a maneira de ocupar produtivamente terras existentes em relativa abundância, ou de criar a sua escassez relativa.
- 11 É dessa maneira que Marx procurava contrapor a assim chamada acumulação primitiva (Marx, 1985, I, cap. 24) com a discussão que faz com o economista E. G. Wakefield e seu plano de colonização sistemática, na tentativa de estabelecer as condições de acumulação de capital nas colônias e ex-colônias (Marx, 1985, I, cap. 25). A legislação fundiária e a política imigrantista no Brasil pós-1850 tiveram em sua formulação os preceitos daquele plano (ver Costa, 1998). Assim, se não se trata de endossar um “mito” de terra livre no país, trata-se tampouco de negar a possibilidade de se estabelecer para além da frente pioneira, obviamente desde que travando relações tanto com indígenas, como com outros posseiros, em seguida com cafeicultores, grileiros, coronéis, etc. No mais das vezes, com o alto grau de violência extraeconômica das subentendidas mediações.
- 12 Outra questão que deve ser brevemente mencionada é a do papel de caboclos ou posseiros como trabalhadores que possibilitaram a expansão da chamada “marcha pioneira”. No que José de Souza Martins denominava de “frente de expansão” que vai adiante da “frente pioneira”, a possibilidade de acumular capital estava na relação que se estabelecia com essa população. Martins (1998, cap. 2) mostrava na abertura da fazenda de café um mecanismo de acumulação que talvez tivesse mais importância econômica (esocial) do que a própria produção cafeeira. Tratava-se da obtenção (por diversos meios) de determinada

propriedade ou posse coberta por florestas, que era passada para famílias de trabalhadores brasileiros para ser devidamente desmatada e ter seu cafezal plantado, por um período que variava entre quatro e seis anos. Estes viam na possibilidade de plantar e colher os frutos do plantio (de alimentos e das primeiras colheitas do cafezal) o pagamento suficiente pelo trabalho de desmate, plantio e cuidado do cafezal novo. Martins denunciava, entretanto, um mecanismo de exploração que acabava por transferir todo um capital constante formado (na forma de cafezal e fazenda) para as mãos de um proprietário que pouco pagou por ele: “Esse é o segredo da acumulação do capital na economia do café. (...) Nesse sentido é que a grande lavoura se transformou numa indústria de produção de fazendas de café, além de produzir o próprio café” (Martins, 1998, p. 74).

**Figura Exposição sobre Pierre Monbeig na USP, na ocasião do centenário do seu nascimento**



Fonte: Hervé Théry 2008

- 13 Enquanto o autor procurava pôr em relevo a exploração do trabalho desses caboclos, numa espécie de acumulação primitiva, posto que não se tratava de uma acumulação que passava pelo emprego de trabalho assalariado e pela extração de uma mais-valia, podemos abordar a questão de outra maneira. As condições de acumulação de capital nessa “fronteira” eram tais que, do ponto de vista do trabalhador, sua escolha não se restringia a qual emprego se engajar, porém também se lhe abria a oportunidade de ir adiante e ocupar uma terra para si e, com isso, trabalhar para si mesmo. Essa escolha, porém, implicava, como vimos, ter que lidar com a violência de ocupar uma gleba. Violência que teria que travar com as populações indígenas ou com os demais posseiros que podiam pleitear a mesma posse. Posteriormente, ainda, a violência que teria que travar com os fazendeiros de café que, com as necessárias mediações, podiam vir a grilar sua posse. Do ponto de vista do fazendeiro, por sua vez, não seria qualquer trabalhador que se disponibilizaria para enfrentar os riscos do duro e perigoso trabalho de derrubar uma floresta e plantar o cafezal, em troca de áreas para plantar as roças. Na ausência de uma superpopulação relativa, como era o caso, ou o fazendeiro pagava um alto salário para o formador de cafezal, ou cedia-lhe

parte dos meios de produção. Em ambos os casos havia exploração do trabalho, mas, no segundo, o que Martins observava era a maneira como essa exploração ficava explicitada no fim do contrato, com a fazenda formada e de propriedade daquele que não a formou. Nesse sentido, parafraseando Marx, podemos sugerir que o trabalho do formador de cafezais revelava o que fica escondido no trabalho do operário assalariado, numa relação de trabalho que também implica num *quantum* de trabalho não-pago.

14 Dessa maneira, as expansões da pecuária e da cafeicultura implicavam em relações semelhantes e, ao mesmo tempo, radicalmente distintas das engendradas pela expansão da citricultura que posteriormente viria a ocorrer sobre as (e dentro das) mesmas fazendas. Portanto, pioneirismo num e noutro contextos adquiriam qualidades distintas.

15 Essa expansão da citricultura é apresentada, em muitos estudos, como já se dando no início da década de 1910, mas sobretudo na década de 1930. Ao sistematizar o seu *Roteiro do café*, Sérgio Milliet (1984) indicava que as plantações de laranja em torno da cidade de Limeira haviam contribuído para evitar que o destino de degradação das cidades dessa área se assemelhasse ao que ocorrera nas chamadas “cidades mortas” do vale do Paraíba, que haviam vivenciado um forte impacto demográfico com a decadência da produtividade de seus cafeeiros.

16 A relação da expansão da citricultura com a da cafeicultura parece sugerir um descompasso entre uma e outra. Assim, não parece ter sido a citricultura o motivo de uma expansão tal qual aquela caracterizada por Monbeig e Waibel para a cafeicultura. Esta, sim, relacionando-se com a expansão da pecuária nos chamados sertões, mas transformando as áreas de florestas do interior paulista. Como sugere Milliet e veremos que também outros autores, a citricultura se estabelecerá em áreas já previamente constituídas como municípios e fazendas e sítios dentro destes. Preferencialmente, veremos uma relação da ascensão da citricultura com a crise da cafeicultura.

17 Dessa maneira, Orlando Valverde (2006) afirmava algo semelhante para uma citricultura que surgiu no início do século XX na Baixada Fluminense, fruto de mudanças permitidas pela intervenção estatal nos rios e brejos da localidade, que assoreados e infestados pela malária tinham vivido uma desorganização da sua produção com a migração dos meeiros locais para o trabalho na cafeicultura na fase em que esta se expandira pelo vale do Paraíba (Valverde, 2006; 4). A preocupação de Valverde com o exemplo era mostrar como a possibilidade de produzir em dado meio fisiográfico podia ser transformado pelo aporte técnico. Assim, uma nova estrutura fundiária se articulava na área, com a laranja sendo produzida em fazendas de porte médio nas encostas e pequenos sítiantes produzindo verduras para o mercado carioca nas baixadas, algo que já vinha sofrendo a mudança da expansão imobiliária causada pelo aumento urbano vertiginoso. Paralelamente, porém, Valverde também propõe que essa análise deva passar pelas relações de produção que caracterizam o uso da terra, estabelecendo sistemas agrícolas. Por isso, observa a existência de um modo de produção “primitivo” ocorrendo anteriormente e que é transformado.

“Veja-se bem (...) que a exploração da Baixada Fluminense era feita antigamente por uma técnica primitiva. A perda de mão-de-obra, de que dependia essa técnica, desorganizou a economia regional. Só quando o governo, dispondo de novos recursos, tornou a modificar o meio, pôde instalar-se uma nova estrutura fundiária: pequenas propriedades com hortas, propriedades médias e grandes com laranjais e latifúndios em loteamento” (Valverde, 2006, p. 4).

18 Dessa maneira, Valverde se aproxima, mais uma vez, da posição, por assim dizer, dualista de Waibel, ao contrapor a exploração das roças na “economia

regional”, realizada com técnicas “primitivas”, da exploração mais integral do meio, estabelecendo uma nova estrutura fundiária, possibilitada pela técnica de saneamento aportada no meio fisiográfico pelo Estado. Adiante o autor mostraria que, mesmo com essa estrutura fundiária, não se tinha necessariamente o estabelecimento de um “modo de produção capitalista”. Ainda assim, a relação com a cafeicultura que aí se esboça indica uma desorganização da produção na área, que “concorre”, em termos de nível de produtividade, de incentivo ao emprego da força de trabalho e em lucro, com a zona pioneira, que na época era ainda o vale do Paraíba, ou a “zona norte” de Milliet.

19 As condições de produção seriam retomadas quando Valverde apontava a necessidade do geógrafo compreender as “influências econômicas” na interpretação da paisagem. O exemplo da citricultura da Baixada Fluminense seria retomado para explicar a importância de se conhecer o “objetivo da produção”. Ali, as variedades plantadas não haviam sido escolhidas aleatoriamente, de modo que se plantava a laranja-pêra, que tinha uma cotação de preço pior nos mercados do Rio de Janeiro. O abandono dos laranjais e a má apresentação das laranjas produzidas pioravam ainda mais a aceitação delas no mercado local. O “enigma” de tal paisagem é, pelo autor, desvendado pelo objetivo da produção não ser este mercado, mas o internacional, sobretudo a Inglaterra e os países platinos. A situação se tornara crítica principalmente com o impacto da II Guerra Mundial sobre esses mercados, facilitando ainda mais o processo de loteamento dessas fazendas, estimulado pela urbanização crescente do Rio (Valverde, 2006, p. 11).

20 A observação de que o motivo para a instalação dessa citricultura no Rio era a proximidade do porto faz Valverde retomar a teoria de von Thünen que ressaltava a influência do “fator distância do mercado” sobre a utilização da terra. Em condições abstratas de meio físico, transportes e outras condições culturais, a ocupação da terra se daria expandindo a partir de um centro, com sistemas mais intensivos indo aos mais extensivos, conforme aumentasse a distância desse mercado.

21 Porém, Valverde parece relativizar a teoria de von Thünen para o caso da Baixada Fluminense pela existência ali de relações pré-capitalistas que mantinham um uso extensivo da terra, apesar da proximidade do centro do mercado, sobretudo pela influência dos latifúndios sobre o mercado de trabalho agrícola:

“Entretanto, em consequência do regime latifundiário aí vigente, estabeleceram-se nessa região ‘fazendas agropecuárias pré-capitalistas’, onde uma numerosa população rural sem terra, privada de seus meios de produção, vaga, ‘flutuante, de fazenda em fazenda, alugando o seu trabalho em troca de uma roça, para cultivar o que comer, e dando ainda uma parte de suas safras’, a metade no caso” (Valverde, 2006, p. 11).

22 Dessa maneira, Valverde equipara a meação aí praticada, decorrente de um regime de propriedade considerado “tipicamente semifeudal”, a “uma forma atenuada de corveia”, explicando certa invalidez da lógica de expansão da teoria de von Thünen dessa maneira: “Como este tipo de fazendeiro obtém rendimento praticamente sem trabalho e sem dispêndio de capital, torna-se infenso a qualquer medida de progresso” (Valverde, 2006, p. 11).

23 Do mesmo modo, assim como Wakefield chegava estupefato à conclusão de que a acumulação de capital não funciona nas ex-colônias como na Europa, Valverde estava chegando à conclusão de que a teoria que podia vir a funcionar para a Europa esbarrava-se em relações sociais de produção que a “torcem”<sup>3</sup>. Ao invés de criticar o que ocorre na normalidade da acumulação de capital, em que a teoria abstrata pode vir a funcionar (num procedimento como o de Marx que tomava o



que se dava nas ex-colônias para evidenciar o que se escondia nos países centrais), Valverde preferia criticar os “defeitos” do regime de propriedade e de trabalho que, atrasados como pareciam, distorciam a lógica perfeita.

24 Tratando, todavia, essas “influências sociais”, Valverde estava chamando a atenção para a necessidade de estudo do regime de propriedade e das relações de trabalho na compreensão da paisagem agrícola, indicando a necessidade de se “estar armado de conhecimentos seguros da Economia Política” (Valverde, 2006, p. 12). De nossa parte, estamos paulatinamente sugerindo um procedimento que vá além e faça uma *crítica da Economia Política*, embora reconheçamos a importância do passo dado por Valverde.

25 Vejamos, para concluir, um estudo que fica muito aquém desse último. A geógrafa Ligia Celoria Poltroniéri (1976) estudou a *Difusão espacial da citricultura no estado de São Paulo*, num momento em que essa expansão atingia uma “velocidade” extrema, impulsionada pelas instalações de indústrias de suco de laranja concentrado. Sua análise retomava a referida “difusão espacial”, desde os anos 1930, tabulando os dados estatísticos dos censos agropecuários de 1938, 1950, 1960 e 1970, e produzindo mapas da localização da produção de laranja, que, comparados na série histórica, mostram o movimento da expansão da citricultura rumo ao noroeste do estado.

26 Poltroniéri indicava que, em 1938, a citricultura paulista já apresentava a consolidação de alguns importantes municípios produtores. A centralidade era apontada como estando na Depressão Periférica, com Limeira sendo o principal município produtor, com outros de importância secundária ao seu redor. Sorocaba também merecia destaque nos números, que apontavam, ainda, municípios produtores no chamado Planalto Cristalino, ao redor da capital. Por fim, a autora apontava o “aparecimento de áreas citrícolas embrionárias no Planalto Ocidental Paulista” (Poltroniéri, 1976, pp. 24-25), mais precisamente em São Carlos, Ribeirão Preto e Bebedouro.

27 Em 1950, Limeira seguia como o principal município produtor, e Araraquara e Bebedouro se consolidavam como importantes centros, com municípios próximos também estruturados (Rincão, Matão e Boa Esperança do Sul). Entretanto, a autora afirmava que os dados mostravam que a produção em escala comercial significativa dos municípios do Vale do Paraíba e do Planalto Cristalino tinha desaparecido, com São José dos Campos como “área residual”.

28 Dez anos depois, os dados mostravam duas centralidades isoladas entre si, que a autora chamava de “duas importantes zonas citrícolas” (Poltroniéri, 1976, p. 25), uma na Depressão Periférica, ao redor de Limeira, e outra no Planalto Ocidental Paulista, ao redor de Bebedouro, principalmente.

29 O censo de 1970 confirmava esse panorama, todavia indicando a liderança de Bebedouro dentro da produção estadual de laranjas. Entre os dois centros, reitera a autora, seguia havendo uma separação, com alguns municípios de menor importância produtiva entre eles.

30 Apresentado, dessa maneira, de um modo, por assim dizer, estático, o próximo passo do estudo em questão seria o de apontar a dinâmica da expansão. Assim, a explicação apresentada dessa expansão remetia brevemente à crise da cafeicultura e ao suporte técnico proporcionado pelo Estado, com a criação da Estação Experimental de Citricultura, em 1928 (Poltroniéri, 1976, p. 29). Porém, é mais interessante retomar as hipóteses da autora para evidenciar seu procedimento teórico, que culminaria na explicação histórica que dava para essa expansão.

31 A principal hipótese da autora era a de que a barreira fitossanitária, erguida pelo governo paulista, contra a propagação da doença do cancro cítrico, em fins da década de 1950, determinou a expansão dos citros para a “zona de Araraquara-Bebedouro”, impedindo outras “zonas” de plantarem, e que, suspensa a barreira, nos anos 1970, essa zona já se reproduzia como liderança (Poltroniéri, 1976, p. 2).

### Figura Plantação de laranjeiras no Estado de São Paulo



Fonte: <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/noticias/2011/05/producao-paulista-de-laranja-deve-alcancar-355-milhoes-de-caixas>

32 Mais do que apontar a incoerência de atribuir a essa política, de maneira tão determinante, o direcionamento de uma expansão que a própria autora apontara que já vinha paulatinamente se dando desde a década de 1930 (portanto, vinte anos antes), é bom refletir no que a leva a pensar assim.

33 A teoria que embasava sua pesquisa, segundo Poltroniéri, era a da “difusão espacial de inovações”, para a qual um “item” se propagava pelo “espaço”, a partir da “energia” irradiada por um “centro de turbulência”. Caso não encontrasse barreiras de quaisquer tipos, essa energia faria com que o item se propagasse em todas as direções. Caso encontrasse, a velocidade da difusão perderia força naquela direção (Poltroniéri, 1976, p. 3), ou mudaria de direção. Não precisamos elaborar muito para ver uma certa semelhança com o que Valverde expôs sobre a teoria de von Thünen. Porém, mais do que tratar de um “item” se deslocando com dada energia, numa imagem derivada da teoria física, ao menos a motivação de von Thünen incorria sobre a determinação da localização sobre os custos de produção e o estímulo à intensificação do capital empregado, como o resumiu Valverde. No estudo de Poltroniéri, por outro lado, não se tratava de pensar em relações de produção, mas aparentemente apenas no deslocamento do “item” citros sobre o “espaço” do estado de São Paulo e com qual velocidade e direção.

34 Esse procedimento nos permite retomar a crítica que Jean-Paul de Gaudemar (1977) fez às chamadas teorias neoclássicas sobre a migração. Tais análises tinham como pressuposto, de acordo com Gaudemar, uma “mobilidade perfeita do trabalho”, que, se não era apenas idealizada, era também projetada, na busca de uma “empregabilidade” completa da força de trabalho, boa para a acumulação do capital. O mesmo valeria para a teoria da “difusão espacial de inovações”, aparentemente, no entanto, desejando uma “mobilidade perfeita *do capital*”. Porém, as relações sociais de produção estão aí tão naturalizadas e coaguladas na mercadoria laranja (ou “citros” em geral) que se tornam um mero item a se deslocar daqui para lá, mais rápido ou mais devagar, e de preferência rápido e para qualquer lugar. Nesse sentido, ao menos a crítica de Valverde encontrou as “barreiras” para tal perfectibilidade nas relações de produção, ainda que tenha procurado as piores ou melhores, o que sequer se dava em Poltroniéri.

35 Esse “roteiro da laranja”, embora tenha a utilidade de sintetizar um processo de

expansão da citricultura pelo estado, foi, por nós, criticado por ressaltar sobretudo as variações de números de produção da mercadoria e de área, dentro dos municípios, sendo estes os “elementos empiricamente significantes” (Hartshorne, 1969) da autora. Outras considerações explicativas perpassaram a análise, mas estiveram subordinadas à hipótese que afirmava o papel das barreiras fitossanitárias do Estado contra o cancro-cítrico.

36 Dessa maneira, no resumo apresentado pela autora para a difusão da citricultura e suas fases, tanto a desorganização completa dos anos 1940, como a reorganização dos anos 1950 e a mudança do sentido da produção dos 1960 (Poltroniéri, 1976, p. 57), não são tão importantes quanto os dados de *quanto* e *onde* se produziu laranja em São Paulo. Trata-se, portanto, de uma “explicação” mais descritiva do que analítica da “difusão”. Num aspecto, assim, relações sociais de produção são equiparadas, na busca por descrever o movimento da expansão da citricultura. Num tal procedimento, não lhe parece estranho o uso de termos que naturalizam o processo, advindos da física ou da biologia (tais como “difusão por contágio”, “relocação”, “áreas de turbulência” etc.). Embora os elementos da construção desse estudo sejam os mesmos do de Milliet, a intenção deste autor de pensar no processo de fragmentação das propriedades levou-lhe a uma abordagem das estruturas fundiárias, que sequer são mencionadas no estudo de Poltroniéri, que, por isso, fica aquém daquele primeiro estudo aqui abordado.

37 Retomemos, para concluir a discussão sobre tal estudo, sua exposição da história do “estabelecimento das áreas pioneiras de turbulência”. Veja-se o uso da noção de pioneirismo, atribuída à consolidação da citricultura de Limeira, na Depressão Periférica, sem que haja qualquer formulação sobre isso como um processo civilizatório ou outra qualificação que seja; é tão somente a alusão a uma primeira centralidade, uma primeira “área de turbulência” no estado. Esse “pioneirismo” difere obviamente da relação estabelecida por Monbeig e Waibel de uma transformação qualitativa da paisagem agrícola ou de um processo de territorialização do capital, embora a autora afirme, sem desenvolver as implicações disso, que os centros de Limeira e da Baixada Fluminense estivessem separados econômica e tecnicamente. A mera menção anterior de que a citricultura foi uma substituta da cafeeicultura já seria suficiente para questionar a noção de área pioneira, tomada aqui de uma maneira esterilizada conceitualmente.

38 Essa área de Limeira, bem como a da capital e de Sorocaba teriam “recebido” certos aspectos de uma citricultura da Baixada Fluminense; elementos esses, aliás, tampouco qualificados. Na intenção única de descrever o movimento, a autora, notando não ter sido uma expansão da citricultura em terras contíguas da primeira área até as demais, chama esse deslocamento de um “processo de relocação”. O mesmo processo se verificaria na expansão para o Planalto Ocidental Paulista, em que a extensão desde Limeira até Bebedouro não ficara totalmente ocupada pela citricultura (Poltroniéri, 1976, p. 35). Por outro lado, a expansão que se deu a partir desses centros para as áreas vizinhas é denominada como um “processo de contágio” (Poltroniéri, 1976, p. 35).

39 Em Poltroniéri, pioneiros são os municípios onde a plantação de plantas cítricas ganhava relevância estatística. Veja-se que a existência de um Estado que confecciona pelas suas instituições tais estatísticas já aparece como algo dado, enquanto Milliet se queixava exatamente das dificuldades de fazer o seu estudo, uma vez que as estatísticas eram irregulares, os municípios haviam mudado de nome ou se desmembrado em vários outros e assim por diante. Veja-se, ainda, que os municípios são a unidade elementar da pesquisa da professora, mas não se pensa em sua constituição, o que obrigaria a repensar a relação estabelecida, nos termos de Monbeig, entre “precursores” e “pioneiros”. Por outro lado, pouco se fala que essa citricultura já se dava em fazendas previamente cafeeicultoras, a maioria

das quais já devidamente regularizada como propriedade privada de alguém. Isso sem falar, na total falta de análise das “relações sociais de produção” da citricultura em questão.

40 Com o pouco que aqui apresentamos, sugerimos ser suficiente para já poder dizer que o “pioneirismo” da citricultura difere qualitativamente do “pioneirismo” da cafeicultura e do da pecuária que anteriormente abordamos. Para se compreender o fundamento da diferença, haveríamos ainda que pensar sobretudo na relação de trabalho<sup>4</sup> que se estabelece na produção e na colheita de laranjas, mas para isso seria necessária uma abordagem que o espaço desse artigo não comportaria.

## Bibliographie

BOECHAT, Cássio Arruda. *O colono que virou suco: terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista*. Doutorado. São Paulo, Depto. de Geografia, FFLCH-USP, 2013.

\_\_\_\_\_. *Região do colonato: modernização retardatária e autonomização do capital na área de Olímpia (1857-1964) do Oeste Paulista*. Mestrado. São Paulo, Depto. de Geografia, FFLCH-USP, 2009.

BOECHAT, Cássio Arruda & TOLEDO, Carlos de Almeida. “Mobilização do trabalho e o estudo da região”. In: *Boletim Campineiro de Geografia*. Vol. 2, no. 3, Campinas, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4<sup>a</sup>. ed. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1998.

DEFFONTAINES, Pierre. “Geografia humana do Brasil”. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Vol. 1, no. 1, 1939.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4<sup>a</sup>. Ed. Editora Globo, Rio de Janeiro, 2008.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa, Estampa, 1977.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo, Hucitec, 1998.

MARX, Karl. *O Capital – crítica da economia política*. São Paulo, Nova Cultural, 1985 e 1986 (Série “Os economistas” - Livros I e III).

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1982.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. 2a. ed. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. Ed. Hucitec; São Paulo, Ed. Polis, 1998.

POLTRONIÉRI, Ligia Celoria. *Difusão espacial da citricultura no estado de São Paulo*. Instituto de Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo, Brasiliense, 2000.

VALVERDE, Orlando. “Metodologia da Geografia Agrária”. In: *CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, vol. 1, no. 1, fevereiro de 2006, pp. 1-16.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. 2<sup>a</sup>. ed coment. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.

## Notes

1 Diz Marx: “(...) o mundo encantado, distorcido e posto de cabeça para baixo, no qual Monsier Le Capital e Madame La Terre exercem suas fantasmagorias ao mesmo tempo como caracteres sociais e imediatamente como meras coisas” (Marx, 1986, l. 3, t. 2, cap. 48; 280).




2 Claro que se trata de uma questão clássica não apenas para o pensamento geográfico. Antes de indicar caminhos para adentrar essa discussão, podemos sugerir a recuperação crítica que fazemos da mesma na Geografia clássica em Boechat, 2009; e uma proposição metodológica para a abordagem igualmente crítica para o conceito de “região” e, com isso,

também daqueles de paisagem natural e cultural, em Boechat & Toledo, 2012.

3 Valemo-nos aqui da sugestão de Raymundo Faoro, que, ao analisar a legislação fundiária portuguesa, que fora pensada para estimular a pequena propriedade produtora de cereais em Portugal, acaba tendo o seu conteúdo “torcido” pela realidade de abundância de terras e necessidade de colonizá-las no período colonial, de modo que acaba incentivando a concessão de imensos latifúndios (capitanias e depois sesmarias) a fidalgos portugueses, que apresentavam uma relativa independência para com o poder metropolitano (Faoro, 2008, p. 105).

4 Para uma abordagem mais detalhada dessa perspectiva metodológica e mesmo do desdobramento dessa discussão, principalmente para a história e crise da citricultura, veja-se Boechat, 2013.

## Table des illustrations

-  **Titre** Figura Representação clássica da marcha par o Oeste dos pioneiros nos Estados Unidos  
**Crédits** Fonte: <http://youngmormonfeminists.org/2014/07/24/pioneers/>  
**URL** <http://confins.revues.org/docannexe/image/9667/img-1.jpg>  
**Fichier** image/jpeg, 1,6M
-  **Titre** Figura Exposição sobre Pierre Monbeig na USP, na ocasião do centenário do seu nascimento  
**Crédits** Fonte: Hervé Théry 2008  
**URL** <http://confins.revues.org/docannexe/image/9667/img-2.jpg>  
**Fichier** image/jpeg, 472k
-  **Titre** Figura Plantação de laranjeiras no Estado de São Paulo  
**Crédits** Fonte: <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/noticias/2011/05/producao-paulista-de-laranja-deve-alcancar-355-milhoes-de-caixas>  
**URL** <http://confins.revues.org/docannexe/image/9667/img-3.jpg>  
**Fichier** image/jpeg, 268k

## Pour citer cet article

### Référence électronique

Cássio Arruda Boechat, « O conceito de “pioneiro” na Geografia, na contraposição de estudos sobre expansão cafeeira e a citrícola », *Confins* [En ligne], 21 | 2014, mis en ligne le 14 août 2014, consulté le 02 octobre 2015. URL : <http://confins.revues.org/9667>

## Auteur

### Cássio Arruda Boechat

Doutorando em Geografia Humana, PPGH, Departamento de Geografia, FFLCH-USP, [cassio.boechat@usp.br](mailto:cassio.boechat@usp.br)

### Articles du même auteur

**O mapa e o território, de Michel Houellebecq** [Texte intégral]

Paru dans *Confins*, 23 | 2015

## Droits d'auteur

© Confins